

Outros lugares, outras subjetividades: O neoliberalismo e a demarcação de espaços heterotópicos

Other places, other subjectivities: Neoliberalism and the demarcation of heterotopic spaces

Marcos Paulo de Oliveira Corrêa¹, Alexandre de Pádua Carrieri²

Como citar esse artigo. CORRÊA, M. P. O. CARRIERI, A. P. Outros lugares, outras subjetividades: O neoliberalismo e a demarcação de espaços heterotópicos. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 14, n. 3, p. 88-99, set./dez. 2023.

Resumo

No panorama do neoliberalismo, passamos a contar com distintas noções em torno das relações de poder, das subjetividades e das formas resistências, constituindo aspectos imbricados aos processos de subjetivação dos indivíduos. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, propomos uma reflexão sobre espaços urbanos públicos enquanto espaços heterotópicos de resistência. A construção do sujeito e da sua liberdade ainda são aspectos desafiantes na contemporaneidade, estando atreladas à articulação entre subjetivações e resistências ao poder.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Heterotopias. Espaços urbanos públicos.



Abstract

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

In the panorama of neoliberalism, we have come to rely on different notions around power relations, subjectivities and forms of resistance, constituting aspects that are imbricated in the processes of subjectivation of individuals. Through a bibliographic research, we propose a reflection on public urban spaces as heterotopic spaces of resistance. The construction of the subject and its freedom are still challenging aspects in contemporary times, being linked to the articulation between subjectivations and resistance to power.

Keywords: Neoliberalism. Heterotopias. Public urban spaces.

Introdução

Como principal inspiração e base teórica, propomos estudar parte das diversas reflexões críticas do filósofo Michel Foucault (1926-1984). De forma memorável, o autor rejeitava rótulos, em constante vigilância antidogmática e envolto a reflexões críticas sobre as mais diversas instituições sociais, nas quais nós, indivíduos pertencentes a uma sociedade capitalista, estamos imersos.

Inicialmente, e como ponto de partida para adentrar nas reflexões do filósofo, temos a demarcação do neoliberalismo como propulsor da (re)produção de espaços heterotópicos. Esse panorama reporta um trajeto pelo qual as sociedades ocidentais, de uma forma geral, passaram nos últimos séculos. Desse caminho, podemos citar a reformulação do contexto intelectual e político e, como um de seus resultados, a emergência do neoliberalismo. Há distintas noções em torno das relações de poder, das subjetividades e das formas de resistências, que se mostram importantes no cenário neoliberalista, são aspectos imbricados

Afiliação dos autores:

¹Doutorando em Administração no Centro de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

²Professor Doutor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Centro de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil..

Email de correspondência: marcoscorrea@ufmg.br

Recebido em: 21/06/2023. Aceito em: 23/11/2023.

aos processos de subjetivação¹ dos indivíduos na atualidade.

Esses indivíduos estão inseridos nos diversos espaços públicos, locais onde as relações de poder, os discursos, as ideias e as narrativas se confrontam e se manifestam. Nesses espaços, especialmente no plano da vida cotidiana, temos a possibilidade de observar os conflitos que sinalizam as contradições vividas, demarcando a multiplicidade de vozes e apontando para possíveis subversões sobre as quais trataremos neste trabalho. Lefebvre (1969) argumenta que o espaço que se (re)produz das relações sociais é híbrido ao mesmo tempo que é meio de produção e de controle, é instrumento de ação e de pensamento. O espaço corporifica o cotidiano, enquanto objeto empírico, além de exercer uma intermediação entre o particular e o universal.

A fim de analisar relações sociais sob a perspectiva socioespacial, alocadas em condições particulares de espaços-tempo, Carlos (2020) explora a possibilidade de se entender a sociedade enquanto uma construção objetiva, material e subjetiva, tendo por base as suas contradições. A prática espacial urbana demonstra, na sua apreensão, a separação dos diversos elementos que sustentam a vida em sociedade, a qual é estilizada na separação entre os distintos espaços-tempo da vida cotidiana, em meio a práticas que incluem não apenas movimentação e deslocamento, mas também todas as ações e interações que ocorrem no espaço urbano, como trabalho, lazer, encontros sociais, manifestações políticas e outras atividades. Todos esses aspectos configuram, nesse sentido, o espaço público enquanto um local continuamente produzido e reproduzido pelas práticas espaciais dos indivíduos.

Conforme explorado por Foucault (2013b), ao analisar um espaço urbano público no cenário neoliberal, nos deparamos com práticas que justapõem o âmbito formal, institucional ou o moralmente aceito, (re)produzindo outros espaços que não os hegemonicamente estabelecidos na sociedade. Esses outros espaços, as heterotopias², que se distinguem das utopias por não representarem apenas lugares ilusórios e imateriais, mas por serem construídos em torno da noção de concretude, materialidade e com uma demarcação precisa no espaço e no tempo. Foucault (2013a, p. 115) define as heterotopias como que constituente de “determinados posicionamentos que carregam em si a propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de tal modo que suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações por eles designadas, refletidas ou pensadas”.

Os espaços heterotópicos nos colocam em contato com complexidades que problematizam diversas dicotomias naturalizadas em nosso comportamento social e organizacional, oportunizando possibilidades para práticas de liberdade e de resistências (FOUCAULT, 2006). Quando nos permitimos deslocar daquilo que é dado como padrão, certo, normativo e de acordo com os modelos tradicionais de organização social, também nos permitimos experimentar novas e distintas relações, outras, incomuns, singulares. Para Foucault (2008), uma das formas de emancipação dos indivíduos estaria relacionada às possibilidades para outras articulações de forças entre saber e poder, outras práticas que contribuam com novas dinâmicas de poder “desindividualizadas”, “múltiplas” e “deslocadas” (FOUCAULT, 1991, p. 2). Essas dinâmicas suscitam para combinações diferentes de saber e poder, “multiplicando as formas e domínios de intervenção da ação política” (FOUCAULT, 1991, p. 2).

Como objetivo deste ensaio, espero, junto aos leitores, refletir sobre espaços urbanos públicos enquanto espaços heterotópicos de resistência ao neoliberalismo. A discussão aqui proposta parte da noção de que o neoliberalismo exerce influência sobre as diversas práticas urbanas, corroborando para uma complexa relação entre os espaços públicos e a diversidade de significados, práticas e identidades que eles abrigam. Ao estudar as heterotopias, podemos explorar como a sociedade lida com as diferenças e as margens, e como os espaços públicos podem ser transformados em locais de expressão, diálogo e emancipação. Em outras palavras, ao estudar o neoliberalismo e a produção de heterotopias, possivelmente,

1 Para Foucault, as subjetivações remetem aos modos de ação, constituindo processos modificáveis e plurais, baseadas na relação que os sujeitos estabelecem consigo e com outras forças, tendo como ponto de partida as verdades que lhe são atribuídas. Essas verdades são verdades no tempo, e as suas práticas constituem e justificam a sua continuidade ou não entre o passado e o presente (LOBO; MACIEL JÚNIOR, 2018).

2 Conforme pontuado por Saad (2020), o conceito de heterotopia foi originalmente cunhado por Foucault em uma entrevista radiofônica de 1966.

poderemos evidenciar rotas de escape e de subversão ao hegemonicamente estabelecido, reforçando a pertinência da visão crítica, teórica, acadêmica e filosófica nos estudos organizacionais.

O estudo da constituição de espaços heterotópicos, na perspectiva de uma resistência micropolítica diante das microfísicas e macrofísicas do poder³, apontam para o fortalecimento dos processos de subjetivações libertárias. Conforme pontuam Martins, Corrêa e Carrieri (2023), o (re)pensar, nesse âmbito de estudos, nos permite reestruturar e interpelar governos de verdade que, até pouco tempo atrás, eram inquestionáveis ou pouco analisados nas reflexões dos fenômenos organizacionais. No contexto contemporâneo, o entendimento das heterotopias é fundamental para entender como os espaços públicos podem servir como locais de contestação, diversidade e resistência em face das forças homogeneizadoras do neoliberalismo.

Ainda que quase três décadas tenham se passado desde a última produção escrita de Michel Foucault, os estudos organizacionais ainda reconhecem o potencial do pensamento do filósofo. Investigador incessante sobre os regimes de verdade existentes, Foucault é tido como uma referência praticamente obrigatória no quesito compreensão da contemporaneidade quanto à apreensão das subjetividades, da política, das relações de saber-poder, da sexualidade e, como enfoque foco deste ensaio, também, das espacialidades (CHAVES; AQUINO, 2016). O espaço, então, constitui-se por facetas múltiplas, assim como são múltiplos também os conflitos que ocorrem paralelamente à apropriação desse espaço, que é temporário, móvel e, por vezes, imaginário.

Quanto aos percursos metodológicos

Empreendeu-se, neste trabalho, uma pesquisa qualitativa, a qual constitui-se, consoante a Guba e Lincoln (1994), por um conjunto de abordagens interpretativas, não dando preferência a uma única metodologia específica. Portanto, não se vincula a um único paradigma para sua base teórica e justificativa do ponto de vista heurístico. Em sua aplicação, podemos notar a diversidade de paradigmas que se apoiam em bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas variadas. Tal como proposto por Poupart *et al.* (1997, p. 294), esse tipo de pesquisa, “no melhor dos casos, designa uma variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, decodificar, traduzir certos fenômenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente”.

Nessa linha, partimos de uma seleção de textos acadêmicos em meio à extensa e produtiva literatura sobre os assuntos tratados neste trabalho. Essa seleção serviu como base para o esforço de organizar os aspectos teóricos mais significativos relacionados à produção dos espaços públicos, no cenário neoliberal, assim como a demarcação das heterotopias. Como bem explicam Denzin e Lincoln (2006), atuamos como um “*bricoleur*”, trabalhando com paradigmas complementares e com diferentes materiais empíricos. Isso foi feito com o propósito prático de criar estratégias de pesquisa e construir um quadro analítico para o leitor. O objetivo, então, foi garantir não apenas a qualidade e profundidade da pesquisa, mas também uma compreensão apropriada do fenômeno que está sendo estudado.

O principal aporte metodológico utilizado neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, consoante a Tasca *et al.* (2010), partiu-se da identificação dos conceitos fundamentais que foram investigados no âmbito deste levantamento. Esses conceitos foram analisados sob a perspectiva de autores clássicos nas referidas temáticas, citados ao longo do texto, dando-se preferência, para além dos clássicos, para os materiais produzidos em revistas científicas relevantes, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, dos últimos cinco anos. Assim, almejamos demarcar um quadro teórico-metodológico para, então, partir para análises as quais subsidiaram a construção deste trabalho.

3 Contrapondo a ideia “macrofísica” de poder, que remete às relações de força que existem em altas classes e por meio do Estado, Fornero (2007) relembra que Foucault trabalhou a noção de “microfísica”, defendendo que o poder se encontra, na verdade, diluído em diversos setores da sociedade sob a forma de relações.

Além da pesquisa bibliográfica, de forma complementar, neste ensaio, utilizei recursos da internet, como sites informativos, notícias e vídeos, sob o objetivo de melhor compreender a realidade cultural, política, social e econômica do panorama neoliberal contemporâneo e do espaço heterotópico que será abordado como possibilidade de estudo. Todos esses instrumentos contribuíram para a intenção reflexiva deste ensaio.

É válido mencionar que as possibilidades de conhecimentos não se distanciam dos modos de busca e apreensão dos saberes. Os caminhos, as técnicas e os modos de assimilação escolhidos definem o que e como algum fenômeno é compreendido. Ou seja, as experiências e os conhecimentos são processos interligados. Conforme bem pontua Romagnoli (2009), o percurso e os métodos científicos determinam o objeto pesquisado, não havendo uma plataforma de chegada ou um único resultado previsto. A intenção é a de contribuir com uma reflexão, dos estudos organizacionais, para o coletivo, (re)construindo e (re)visitando possibilidades teóricas.

Após delineadas as informações que compõem a introdução deste ensaio, informo como será a sua estrutura: inicialmente, abordarei alguns dos aspectos que contribuíram para a emergência do neoliberalismo; como reflexo dessas mudanças, são analisadas as características que remete ao conceito das heterotopias; e as considerações finais.

O neoliberalismo: Genealogia longe de estar completa

“o homo oeconomicus que se quer reconstruir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008, p. 201).

A genealogia do neoliberalismo, na perspectiva foucaultiana, embora possua um escopo robusto, está longe de ser completa. Contudo, isso não nos impede de citá-la como ponte teórica neste ensaio. O neoliberalismo não representa uma unidade de posições, mas sim, uma ideologia multifacetada e dividida por inúmeras diferenças e controvérsias internas. Neste ensaio, não faremos um inventário detalhado de todas as posições e controvérsias sobre o tema, mas sim, apresentando características comuns e princípios básicos que nos permita compreendê-lo de forma crítica (DARDOT; LAVAL, 2017).

O antigo paradigma liberal, com atenção às regras “naturais” do comércio, desloca-se para a exigência de produção das condições de concorrência, que não podem mais ser consideradas como um desafio natural, mas decorrente de determinações cuidadosamente elaboradas e de políticas de intervenção permanente. As fissuras entre as esferas do mercado e do Estado ofuscam-se pela concepção de que a competição aparece apenas como efeito da governamentalidade ativa, representando uma necessidade da economia de mercado (FOUCAULT, 2007). O neoliberalismo enfraquece, assim, seus vínculos com a ideologia de Adam Smith e o modelo de sociedade mercantil, promovendo, de forma mais radical, o ajuste do exercício global do poder político aos princípios de uma economia de mercado.

Nonini (2008) nos alerta quanto à difusão do termo neoliberalismo, correndo o risco de ser usado para se referir a quase que qualquer processo político, econômico, social ou cultural associado ao capitalismo contemporâneo. Ainda segundo este autor, o desenvolvimento de um termo, de uma forma tão ambígua, pode contribuir para que coalizões discursivas entre indivíduos, com ideias semelhantes, venham à tona sem esclarecer exatamente o que eles se opõem ou criticam. Além disso, poderíamos incorrer na redução de suas complexidades e multiplicidades, sem, ao certo, compreendê-lo nas suas particularidades (NONINI, 2008). Como pontuado por Brown (2003), podemos identificar a aplicação do termo, em muitos estudos, em um sentido normativo negativo, estando atrelado a políticas de competição, de livre comércio e de desregulamentação econômica e, ao mesmo tempo, a uma série de políticas monetárias e sociais indiferentes à pobreza, ao desarraigamento social, à dizimação cultural, ao esgotamento de recursos a longo prazo e à destruição ambiental.

De acordo com Santos e Lima (2017), até meados da década de 1990, o estudo das teorias foucaultianas ainda se mostrava como limitado, principalmente porque os seus leitores buscavam uma visão estritamente filosófica, sem uma devida interpretação que fosse além, que estivesse contida nas entrelinhas. Desse modo, os pesquisadores nem sempre recorriam aos trabalhos de Foucault, pois não lhes traziam novos apontamentos, sobressaindo autores como Habermas (1985). Conforme pontua Andrade (2019), o interesse de Foucault pelo denominado ordoliberalismo (ou neoliberalismo alemão) e por economistas norte-americanos aponta para uma mudança, ainda na década de 1970, nas reflexões críticas sobre o liberalismo clássico, tendo grande repercussão somente no século XXI.

O neoliberalismo, conforme explorado por Foucault (2008), não representa a retomada de teorias econômicas antigas, o domínio de classe sob outro nome e nem abarca novos mecanismos de controle estatal desenvolvidos sob o manto ideológico da liberdade e representando uma continuidade negativa do que já existia antes. Nessa perspectiva, a intenção seria extrair as características desse fenômeno, ao invés de, a todo momento, compará-lo a moldes históricos como aqueles trabalhados por Adam Smith, pela sociedade de mercado e pelas obscuridades do capitalismo.

A análise do *modus operandi* do governo neoliberal, em especial à sua disposição biopolítica, permite a Foucault (2007) diferenciar a natureza e a função política das diversas formações estatais, rompendo com a identificação entre a razão de Estado moderno e os regimes totalitários. Além disso, suas reflexões nos permitem entender mais sobre as formas pelas quais os Estados governam as populações, não apenas pela expansão, mas também pela contração, abstendo-se de agir em determinados momentos-chave, como em questões como a fome ou em cenários de epidemia, aproveitando-se, dessas ocasiões, para disciplinar os habitantes rebeldes ou esmagar os movimentos insurgentes ou de subversão, nas quais surgem as heterotopias (que serão tratadas no próximo tópico deste ensaio).

Diferentemente do que muitos ideólogos neoliberais consideram, aduzindo para a diminuição da presença do Estado no neoliberalismo, apontando para o seu “enxugamento”, Chauí (2020) defende que houve apenas um deslocamento de suas ações, ampliando de maneira expressiva o controle e a vigilância sobre a sociedade. Para a autora, alguns fenômenos contemporâneos podem apontar para uma situação de crise do capital, sobretudo nos âmbitos social e político (CHAUI, 2020). Podemos citar alguns aspectos que nos chamam a atenção como o aumento do desemprego estrutural, a migração crescente de milhões de indivíduos em decorrência do novo imperialismo e o novo papel exercido por organizações supraestatais e financeiras. O fato é que a economia neoliberal entrou em crise desde 2008, e, atualmente, encontra-se saturada, reproduzindo uma ficção do mercado como autorregulação da sociedade.

A contemporaneidade vem mostrando que o neoliberalismo, atrelado à tentativa de crescimento econômico, tem como consequência um espaço social focado no consumo, na competitividade, na individualização, nos constantes cálculos de custo e benefício, na meritocracia liberal e na resignação de símbolos que indicam a representação de culturas permeadas por essas características. Esse cenário, entretanto, não se isenta de respostas e resistências, uma vez que os indivíduos, impactados por essa dinâmica, se confrontam em meio à (re)produção dos espaços e de possibilidades emancipatórias. As heterotopias e espaços de resistência emergem, nesse panorama, como tentativas de escapar e persistir às formas de disciplinamento e controle impostas pelo neoliberalismo, adensadas a partir de subversões ao hegemonicamente dado como correto e ideal. Esse será o assunto abordado no próximo tópico.

Outras subjetividades, outros lugares e outros objetivos: As heterotopias

“Há países sem lugar e histórias sem cronologias. [...]. Sem dúvida, essas cidades, esses continentes, esses planetas nasceram, como se costuma dizer, na cabeça dos homens, ou, na verdade, no interstício de suas palavras, nas espessuras de suas narrativas, ou ainda, no lugar sem lugar de seus sonhos no vazio de seus corações; numa palavra, é o doce gosto das utopias” (FOUCAULT, 2013b, p. 19).

Conforme pontuam Rodríguez-Amat e Brantner (2016), os processos organizacionais são constantemente produzidos e (re)produzidos por meio dos contrapontos que se impõem às formas dominantes de organização social. Nesse raciocínio, Foucault (2013b) já enfatizava análises em torno de espaços⁴ em que as relações sociais produzem configurações heterogêneas. O que interessava ao filósofo seria refletir sobre “posicionamentos que carregam em si a propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de tal modo que suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações por eles designadas, refletidas ou pensadas” (FOUCAULT, 2013a, p. 115). Diferentemente das utopias, as heterotopias seriam espaços localizáveis.

O exemplo do espelho, utilizado por Foucault (2013b), ilustra a diferença entre as experiências de utopia e heterotopia. Segundo o filósofo, no espelho, é possível observar um lugar irreal, pois o que se avista é ausente, configurando as utopias. Contudo, ao mesmo tempo, o espelho representa uma heterotopia, pois ele, de fato, existe, permanecendo em um lugar localizável e refletindo o espaço em que está inserido. Assim, ainda com base no filósofo, as heterotopias são diferentes de tudo o que elas parecem refletir, pois, apesar de se relacionarem com todo o espaço social, possuem uma dimensão de contraposicionamentos (FOUCAULT, 2013b).

De acordo com Lazzarato (1998), nestes espaços heterotópicos, existem possibilidades de se inventar dispositivos de produção de subjetividade que correspondam ao tempo potência e ao tempo de vida. As singularidades e os momentos oportunos, nos quais as coisas se mostram não como necessariamente pareciam ser (FOUCAULT, 2006), constituem espaços-tempos únicos que precisam ser incentivados. Esses espaços não surgem do nada, como o tradicional discurso do empreendedorismo defende, muito menos podem ser repetidos, copiados, modelados e incluídos em um contexto social. Há de se gerar condições de liberdade para que as pessoas possam observar e reinventar seus fazeres. Para o fomento da criatividade, é preciso permitir a liberdade criativa para a transformação de ocasiões (em espaço e tempo determinados) sejam oportunidades para a reescrita de práticas diárias, das formas de fazer o que tem sido feito (HJORTH, 2005).

Conforme explora Deleuze e Guattari (1992), a vida se faz nas dobras. Na (re)interpretação das formas e dos modos de existir. “É, ao contrário, aquilo que ele mergulha ou deve mergulhar, para atingir o impensado, isto é, a vida” (DELEUZE, GUATTARI, 1992, p. 227). A demarcação de espaços heterotópicos, nesse sentido, situa-se na busca pela diferença; e o seu estudo situa-se com a defesa de reflexões mais atentas e cuidadosas com a complexidade dos fenômenos organizacionais. Os diversos modos de existir potencializam o acontecimento do diferente, da subversão. Para Lazzarato (1998), ao explorar a existência de territórios onde se produzem confluências coletivas, sinaliza-se para a possibilidade de se inventar dispositivos de produção de subjetividade que correspondam ao tempo de vida, em que a subjetividade nem sempre esteja atrelada aos processos de subjetivação em nosso cotidiano.

As heterotopias, assim, são aqui entendidas como espaços-tempos que possibilitam, favorecem ou fomentam práticas que rompem ou ressignificam a “vida ordinária” (FOUCAULT, 2013b, p. 28). São espaços-tempos que promovem fissuras, quebras, cortes e desvios na rota tradicional ou dominante determinada. São espaços outros que desestabilizam o padrão, o tido como certo, e possibilitam reconfigurar o meio em que nos situamos. São espaços que abrangem tentativas de escapar, resistir, sobreviver às formas de disciplinamento e controle do capitalismo contemporâneo (MAGALHÃES, 2015). São espaços de ação que potencializam a criação de modos alternativos de “ser” e “fazer”, suspendendo ou desafiando a normatividade, abrindo lacunas para resistências e (re)descobrimos mundos e indivíduos (MARQUES; MAFRA, 2013).

Ao se debruçar sobre a “ciência” da heterotopologia⁵, o filósofo determina seis princípios que

4 No curso *Segurança, Território e População*, ministrado por Michel Foucault no *Collège de France*, em 1978, Foucault trata de diferentes conceituações empregadas ao termo espaço e, para isso, utiliza como exemplo as cidades. Resumidamente, atrela o espaço aos planos onde ocorrem as tecnologias de poder de soberania, de disciplina e de biopoder (CHAVES; POLICASTRO, 2019).

contribuem para a identificação e a compreensão acerca dos espaços heterotópicos, a saber: (i) toda cultura forma suas próprias heterotopias, e elas são variáveis e não precisam, necessariamente, ser constantes no tempo; (ii) as heterotopias evoluem e se transformam; (iii) uma heterotopia justapõe espaços e tempos que podem ser incompatíveis entre si; (iv) a heterotopia acompanha também uma heterocronia, uma dimensão temporal; (v) uma heterotopia remete a um lugar nem totalmente fechado, nem completamente aberto; e, por fim, (vi) na heterotopia, os lugares relacionados são ao mesmo tempo representados, contestados, invertidos. A heterotopologia, a “ciência” que estuda as heterotopias, vai justamente se atentar para os “espaços singulares que encontramos em alguns espaços sociais cujas funções são diferentes das dos outros, ou terminantemente opostas” (FOUCAULT, 2013b, p. 52).

As diversas formas de existir são exercidas e se espalham nos mais diversos tipos de sociedade (disciplinar, de controle, biopolítica), constituindo o corpo um fio da capilaridade das formas de exercício de poder. O universo de poder não atua somente na forma do poder econômico sobre a estrutura ideológica, mas também exerce influência direta sobre a produção de subjetividades. De acordo com Marinho (2015), o objetivo de capitalizar o poder subjetivo seria o de transformar os sujeitos e os seus corpos em arestas do poder, o que é claramente observado na governamentalidade neoliberal, no qual o poder está centrado nos processos de subjetivação.

A compreensão das heterotopias, que podem ser observadas como formas de resistência, traz à tona várias considerações sobre as práticas contemporâneas em torno das relações de poder, tais como: (i) não estar concentrado somente no Estado e na economia, mas sim, distribuído em micropoderes; (ii) tentar atuar nos campos disciplinar e biopolítico; (iii) exercer resistências, sublevações, revoltas e rebeliões, sejam teóricas ou práticas, no enfrentamento desses poderes. Uma vez que espaços heterotópicos possibilitam o desvio do padrão, da norma, do que é tido como formal, eles permitem formas de subversão, abrindo caminho para experimentações que, aos olhos da organização social tradicional, podem soar estranhas ou deslocadas. Lazzarato (1998) confia que os espaços heterotópicos, ou momentos ucrônicos⁶, são as respostas para a criação de dispositivos de produção de subjetividade, que nem sempre guardam relação com os processos cotidianos de subjetivação.

Ao refletir sobre as heterotopias, podemos pensar na ideia dos vagalumes⁷ que podem ser observados enquanto práticas populares de resistência histórica. Sobreviventes, são revolucionários em suas próprias (re)existências, portanto o autor confia que deveriam ser material de estudo de pesquisadores. O brilho dos desejos que incentivam as pessoas, os corpos, a construir suas práticas cotidianas é o que permite a “dança viva dos vaga-lumes, a dança dos desejos que formam as comunidades” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 57). Ao entrelaçá-los, fica claro que um alimenta o outro, ou seja, os espaços heterotópicos servem de incentivo à resistência vaga-lume, experiência esta alocada na exata fissura entre passado e futuro, narração e criação, memória e desejo.

Por fim, as heterotopias remetem a um conceito de desenho urbano, descrevendo um mundo descentralizado em relação aos espaços normais ou cotidianos e com significados múltiplos, fragmentados ou incompatíveis. Ao empregar uma ênfase na centralidade da heterotopia na condição urbana contemporânea, porém, temos que superar uma armadilha igualmente problemática que os pesquisadores têm que enfrentar: tudo tende a assumir traços heterotópicos. Nem tudo é uma heterotopia. O que está em jogo é saber se o conceito de heterotopia pode ser tornado consistente ou se deve, ao contrário, ser descartado, porque sua imprecisão pode trazer confusão e não contribuir para o percurso analítico

5 “Quanto às heterotopias propriamente ditas, como se poderia descrevê-las, qual sentido elas têm? Poder-se-ia supor não digo uma ciência, pois é um termo demasiado desgastado, atualmente, mas uma espécie de descrição sistemática que teria por objeto, em uma sociedade determinada, o estudo, a análise, a descrição, a “leitura” [...] desses espaços diferentes, esses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço onde vivemos: tal descrição poderia ser chamada de heterotopologia”. (FOUCAULT, 2013a, p. 116).

6 “É bem provável que cada grupo humano, qualquer que seja, demarque, no espaço que ocupa, onde realmente vive, onde trabalha, lugares utópicos, e, no tempo em que se agita, momentos ucrônicos”(FOUCAULT, 2013b, p. 19).

7 Assim como explora Didi-Huberman (2011), os vagalumes são produtores de um brilho menor, que não é um brilho inferior, mas sim, um brilho que exige a renúncia de sua busca nos lugares comuns e prováveis. Essa renúncia é plenamente política e necessariamente coletiva (BARONI, 2021).

(DEHAENE; CAUTER, 2008).

Até aqui, delimitamos o conceito de heterotopias e associamos esses espaços ao confronto do ordinário e do cotidiano. A partir do exposto, podemos abordar como um espaço público pode ser caracterizado como um espaço preenchido por heterotopias. Algumas cidades possuem localidades que, ao contrário do esperado, nem sempre são frutos de uma união exitosa entre Estado e sociedade devido a razões de ordem política ou devido à ação concatenada de agentes sociais em prol da visibilização de seus próprios interesses. Assim, é possível analisarmos um espaço público sob a ótica da heterotopia. Se o espaço público não contém uma esperada finalidade política, os significados, condutas e formas terão, naturalmente, sua dinâmica alterada (VALVERDE, 2009).

Os parques urbanos públicos, a título de exemplo, podem ser considerados. Natureza e cultura estão reunidas nesse espaço urbano. Foucault discorre sobre as “heterocronias” do espaço heterotópico, isto é, o fato desse espaço justapor tempos descontínuos. Ao dizer que um parque urbano público é um espaço essencialmente heterotópico, posicione-me para os efeitos e para as aplicações que rematam este espaço público como resultantes de uma dinâmica heterotópica.

Tendo como referência o estudo de Chaves e Aquino (2016), como exemplos, cito alguns argumentos que sustentam esta perspectiva: (i) a espacialidade da esfera social é passível de ser colocada em evidência, ao passo que a política institucional deixa de ser corporificada; (ii) existe a possibilidade de que múltiplas espacialidades advindas de um mesmo recorte espacial sejam analisadas, caminhando na contramão de estudos que atrelam um dado território a um grupo social ou que intencionam uma análise de cunho macro sobre a estrutura espacial da política; (iv) a reestruturação das narrativas ao reduzir a natureza finalística comumente encontrada em seus projetos idealizadores; (v) a função da visibilidade, atributo importante para a integralização de grupos socialmente marginalizados; (vi) a evidência para o espaço público, uma vez que sua tendência à transformação está associada à existência e à relevância das regras introjetadas nos espaços concretos; e, por fim, (vii) a representação de espacialidades conflitivas e manifestações polifônicas de protestos. Os desvios sociais decorrentes – considerados micropolíticas de resistência frente a condutas de subjetivação – não são atribuídos somente a uma população economicamente vulnerável. Temos um espaço – contraventor, fluido, alternativo – usufruído e ocupado, supostamente, de maneira livre.

No parque, elementos diametralmente opostos convivem, ainda que sempre de modo tensionado. Alguns sujeitos, porém, provocam resistências a estas relações de poder ao questionarem e visibilizarem, sobretudo, processos de “limpeza” social ocasionados pela gentrificação em curso e por questões de gênero. Embora não se possa parecer, garante-se o governo das espacialidades por e com a liberdade.

Considerações finais

Neste ensaio, a escolha de analisar as relações sociais, sob a ótica da teoria foucaultiana, partiu da intenção de compreender as organizações dos lugares outros e como se articulam interesses diversos, tendo questões localizadas no campo do subjetivo delineadas pelo governo das espacialidades, assim como as rotas de fuga são delineadas por quem as utilizam. Quando nos debruçamos sobre os processos de produção e organização do espaço, permitimos a compreensão sobre a produção coletiva e subjetiva do mundo no qual estamos inseridos. Essa compreensão, por sua vez, coloca em perspectiva que as relações sociais que não apenas produzem, mas (re)constróem espaços.

Foucault constrói a noção de heterotopia para abordar os espaços que, de algum modo, subvertem a ordem estabelecida. No estudo das heterotopias, o foco demonstra estar nos lugares-outros que, embora estejam além de todos os lugares – nem aqui ou ali –, conseguem ser localizados. De modo geral, as heterotopias dizem respeito a espaços que subvertem as classificações previamente estabelecidas. Ali não cabem as normas que foram ditadas por um controle social; pelo contrário, as instabilidades da esfera

social são iluminadas. Teóricos sociais, geógrafos e estudiosos das organizações já encontram potencial neste conceito, valendo-se da possibilidade que ele dispõe de ultrapassar os limites analíticos impostos pelo campo da geografia, além de permitir leituras sobre a lógica de ordenamento espacial.

A construção do sujeito e da sua liberdade ainda são aspectos desafiantes na contemporaneidade, estando atreladas à articulação entre subjetivações e resistências ao poder. Nesse panorama, as peculiaridades que caracterizam as relações entre poder e os sujeitos articulam-se, em meio a relações de poder e formas de resistência, na formação das sociedades e, por isso, não podem ser ignoradas. Temos como possibilidade, assim, explorar uma racionalidade alternativa, baseada em processos de subjetivação focados em práticas de liberdade. Se estamos falando em caminhos possíveis, é preciso evidenciar o presente. É tentando superar o modelo de sociedade atual, e daí se fazem presentes resistências e espaços heterotópicos, que podemos nos deparar com novas formas e viver e à liberdade dos nossos corpos; somente assim é possível romper o fio que une nossas vidas à economia. Uma vez que o neoliberalismo vem nos apresentando um cenário com instabilidade, velocidade, monetarização, controle e, ainda, colocando o trabalho, a produtividade e o lucro como sagrados.

Como contribuições propostas por este ensaio, a partir dos conceitos analisados, reforçamos a noção de que as contradições na sociedade estão intrinsecamente ligadas à continuidade das relações sociais no espaço e no tempo, ou seja, à perpetuação de relações interligadas a uma *práxis* socio-espaco-temporal. O espaço público desempenha um papel fundamental na manifestação da sociedade e na interpretação de suas particularidades. E é na vida cotidiana e nos ambientes que os conflitos surgem, expondo as incoerências da experiência vivida. Os espaços públicos são locais onde esses conflitos, ou mesmo as heterotopias, se tornam visíveis e servem como cenários para a expressão dos movimentos sociais. A cidade é, ao mesmo tempo, um objeto de estranhamento tanto para seus habitantes quanto para aqueles que a moldaram.

Os espaços públicos apresentam ambiguidade, uma vez que servem como locais de trânsito para indivíduos com objetivos diversos. Essa natureza transitória possibilita a constante reconfiguração desses ambientes. Além disso, nesses espaços, ocorre uma contínua redefinição das fronteiras que separam a esfera pública da privada. A produção, por si só, não se limita a ser uma simples etapa de processo ou um resultado finalizado. Ela está intrinsecamente ligada às relações sociais, às linhas de forças, aos modos e às estruturas de produção, as quais se desenvolveram historicamente dentro do espaço, trazendo consigo seus próprios códigos, contradições e dimensões temporais.

E, no plano da vida cotidiana, em meio às contracondutas, configura-se um espaço onde a criação e a interação ocorrem constantemente, moldado por intervenções e resistências individuais. Por isso, corroboramos também para a importância do entendimento de como os conhecimentos se entrelaçam na vida cotidiana, especialmente naquilo que é transitório e efêmero. As rotinas do cotidiano não desaparecem de maneira simplista, como algumas narrativas tentam sugerir. Esses fenômenos inter-relacionais servem tanto como estratégias para lidar com a sobrevivência quanto como táticas para exercer controle, seja sobre si mesmo, sobre o tempo ou sobre outros indivíduos. Portanto, essas dinâmicas representam um terreno fértil para a expressão do poder e, conseqüentemente, fortalecem a importância da pesquisa nesse domínio.

Ainda que a governamentalidade intencione uma rigidez das condutas espaciais e dos próprios espaços, um parque urbano, trazido como um breve exemplo neste ensaio, dispõe de uma lógica heterotópica que foge à ordem, tende à justaposição, dita suas próprias coexistências. Comum às heterotopias, o espaço relacional, além de abraçar as regras estabelecidas pelo mercado ou pelo poder público, abraça também os interesses, desejos e intenções dos usuários. Assim, tem-se um deslocamento da função social do espaço: não mais baseado nas normas pré-estabelecidas, mas nas relações sociais que o constituem. Em última instância, contra condutas cotidianas são obtidas: alcançam-se experiências espaciais outras quando novos espaços são produzidos pela variação de usos, apropriações e práticas de circulação.

Cabe salientar que esta pesquisa apresenta diversas limitações que devem ser consideradas. Não

houve um processo metodológico de sistematização na coleta e análise das informações obtidas por meio da pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, sugerimos que os leitores tenham cautela ao considerar a aplicabilidade dos achados deste trabalho em diferentes cenários. O conteúdo e as interpretações apresentadas neste ensaio são reflexos das percepções e compreensões dos autores, moldadas pelas leituras e materiais com os quais tiveram contato durante a pesquisa. Entretanto, relembramos que o reconhecimento da incapacidade de distanciar ou isentar esses possíveis impactos no processo de pesquisa não sugere admitir um subjetivismo descontrolado nos processos de reflexão e análise, mas sim reconhece a natureza intersubjetiva da relação entre os pesquisadores e os informantes, assim como a importância do caráter peculiar da Ciência Social.

Referências

- ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 211-239, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- BARONI, P. Sobreviver, esperar, vagalumar. **Revista Vagalumar**, v. 1, n. 1, p. 65-74, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/rv/article/view/2265>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- BROWN, W. Neo-liberalism and the end of liberal democracy. **Theory & event**, v. 7, n. 1, 2003. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/48659>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 349-369, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/48199>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- CHAUÍ, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/anacronismo/article/view/5434>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- CHAVES, A. P. N.; AQUINO, J. G. Rastros de uma heterotopia urbana: o caso do Parque Ibirapuera, SP. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 18, n. 4, p. 802-819, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646408>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia**. Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munõz. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.
- DEHAENE, M.; DE CAUTER, L. Heterotopia and the City. **Public space in a postcivil society**, p. 53-73, 2008. Disponível em: <https://www.routledge.com/Heterotopia-and-the-City-Public-Space-in-a-Postcivil-Society/Dehaene-Cauter/p/book/9781138975965> Acesso em: 07 dez. 2023.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 119, 2011.
- FORNERO, G. “Genealogia do Poder”. In: ABBAGNANO, Nicola (Org.). **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. **The Foucault effect: studies in governmentality**. University of Chicago Press, 1991.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fonte, 2008.
- FOUCAULT, M. **De outros espaços**. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 113-122. 2013a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68705>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013b.

- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GALLO, S. Pensar a escola com Foucault: além da sombra da vigilância. **Repensar a educação**, v. 40, p. 427-449, 2015.
- GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. cap. 6. p.105-117.
- HABERMAS, J. A philosophico-political profile. **New Left Review**, v. 151, n. 81, p. 4, 1985. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/i151/articles/jurgen-habermas-a-philosophico-political-profile.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- HJORTH, D. Organizational entrepreneurship: With de Certeau on creating heterotopias (or spaces for play). **Journal of management inquiry**, v. 14, n. 4, p. 386-398, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1056492605280225>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- LAZZARATO, M. Para a definição do conceito de “biopolítica”. **Revista Lugar Comum**. N 5-6. p 81-96, 1998.
- LEFEBVRE, H. L'irruption de Nanterre au sommet. **L'homme et la Société**, v. 8, n. 1, p. 49-99, 1969. Disponível em https://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1968_num_8_1_3105. Acesso em: 07 dez. 2023.
- LOBO, A. S. Á.; MACIEL JÚNIOR, A. Memória, subjetivação, resistência e fora em Foucault. **Aprender Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, v. 2, n. 16, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4535>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- MAGALHÃES, F. N. C. A dimensão simbólica na cidade neoliberal: notas sobre a construção de subjetividades na produção social do espaço do neoliberalismo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 17, n. 1, p. 11-22, 2015. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4971>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M. Diálogo no contexto organizacional e lugares de estratégia, argumentação e resistência. **Organicom**, v. 10, n. 19, p. 72-84, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139193>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- MARINHO, C. M. **Corpo heterotópico como resistência aos processos de subjetivação identitária: algumas questões filosófico-educacionais**. Texto apresentado no IX Colóquio Internacional Michel Foucault. 2015. Disponível em: <http://michelfoucault.com.br/files/Cristiane%20Marinho%20%20texto%20CIMF%20Recife%202015%20-%208jun15.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- MARTINS, P. G.; CORRÊA, M. P. O.; CARRIERI, A. P. Por uma Administração Menor: o Caso do Bailinho da Tia Naná. **Organizações & Sociedade**, v. 30, p. 329-359, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/47Ss45r9m6gSymcmFVBWzfv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- NONINI, D. M. Is China becoming neoliberal? **Critique of Anthropology**, v. 28, n. 2, p. 145-176, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/9323204/45_Critique_of_Anthropology_Is_China_Becoming_Neoliberal. Acesso em: 07 dez. 2023.
- PAIM, A.; SOUZA, F. M. **Evolução histórica do liberalismo**. Editora Itatiaia, 1987.
- POUPART, J. *et al.* **A Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- RODRÍGUEZ-AMAT, J. R.; BRANTNER, C. Space and place matters: a tool for the analysis of geolocated and mapped protests. **New Media & Society**, v. 18, n. 6, 1027-1046. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1461444814552098>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**. v. 21, n. 2, p.166-173, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zdCCTKbXYhjdVYL4VS8cXWh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- SAAD, Elizabeth. A comunicação das organizações diante de públicos, esfera pública e opinião pública: como as plataformas sociais digitais se encaixam nisso? **Organicom**, v. 17, n. 33, p. 39-48, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/175986>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- SANTOS, E. A. C.; LIMA, B. D. T. Escola de Frankfurt, Foucault e neoliberalismo: entrevista com Thomas Lemke. **Tempo Social**, v. 29, p. 305-314, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/k7RF4xpZxVsCqz5TrK5pVhm/>

?lang=pt. Acesso em: 07 dez. 2023.

TASCA, J. E. *et al.* An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal of European Industrial Training**, v. 34, n. 7, p. 631-655, 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/03090591011070761/full/html>. Acesso em: 07 dez. 2023.

VALVERDE, R. R. H. F. Sobre espaço público e heterotopia. **Geosul**, v. 24, n. 48, p. 7-26, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.2009v24n48p7/12279/41129>. Acesso em: 07 dez. 2023.